

O TRABALHO INFANTIL NA SOCIEDADE PORTUGUESA - 1998-2003

Manuel Jacinto Sarmiento

(Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho)

Há cinco anos atrás, era ainda possível a uma qualquer equipa de televisão internacional filmar crianças a deslocar-se em carrinhas para as fábricas de calçado ou de vestuário no norte do país. Hoje isso, provavelmente, não seria possível. Porque foi erradicado o trabalho infantil? A resposta não pode ser linear; é antes na complexidade da evolução recente da sociedade portuguesa que se pode encontrar o esboço de uma resposta.

Nos últimos anos, a inspecção de trabalho intensificou as suas surtidas nas fábricas e oficinas mas encontrou menos crianças trabalhando, as equipas ambulatórias do PEETI ou da Segurança Social detectaram menos crianças vendendo a sua força de trabalho, a frequência escolar no ensino obrigatório aumentou em termos percentuais, sendo hoje residual (2,7%, no Censos de 2001) o abandono escolar. No entanto, os dados de grande fiabilidade dos inquéritos aos agregados familiares com menores em idade escolar apontam para a conservação e estabilidade dos números de crianças em situação de trabalho, ainda que tenham aumentado percentualmente as actividades de ajuda familiar não remunerada e diminuído o emprego de crianças por conta de outrem.

A situação pode ser descrita como de mudança parcial, no quadro da persistência de factores estruturais. Uma parte das crianças portuguesas continua a ser mão de obra acessível a uma economia assente num baixo nível de qualificação da sua força laboral e de exploração de um trabalho mal remunerado. Esse segmento da economia é aquele que continua a aproveitar o trabalho das crianças, em detrimento dos seus tempos livres, do convívio e do estudo e, até, em mais pequena parte, da frequência escolar. Isso ocorre nas explorações familiares de pequena dimensão, nas actividades sazonais da agricultura mobilizadora de força assalariada, nas actividades de restauração e da indústria turística no Verão, em alguns estaleiros da construção civil, nas actividades domiciliárias do têxtil e do calçado, nos pequenos comércios, de base familiar sobretudo, em algumas oficinas e fabriquetas de vão de escada ou de garagem, numa ou noutra empresa de média dimensão. Nada que se assemelhe ao que se passa nas *sweat-shops* do Paquistão, da Tailândia, ou de outras regiões localizadas sobretudo no hemisfério sul. Mas persiste a exploração!

As políticas sociais promotoras da inclusão (o rendimento mínimo garantido, a promoção da educação pré-escolar, a extensão das redes sociais locais, a aposta numa escolarização para todos e para todas), o enorme esforço de mobilização da opinião pública, promovida por organizações da sociedade civil, de que é justo destacar a CNAISTI, o trabalho laborioso e radicado nas comunidades locais do PEETI, o desenvolvimento de uma reflexividade institucional sobre o fenómeno, com efeitos na melhoria do desempenho colectivo, que se tornou possível através da colaboração entre entidades públicas e Universidades..., tudo isso tornou claro na sociedade portuguesa que o trabalho envolto em exploração de crianças viola direitos sociais fundamentais e que há outras vias para as famílias desenvolverem estratégias de sobrevivência. É daí que decorre a menor visibilidade do fenómeno e a sua contenção, para além do efectivo recuo do trabalho explorado de crianças fora do contexto familiar.

E no entanto, a exploração persiste. Isso só pode significar que os factores estruturais são muito fundos e persistentes: uma economia que tem por fundamento da competitividade os baixos custos da mão de obra; uma escola que não preenche a totalidade dos dias das crianças como mundo de vida e lugar de trabalho prazeroso e promotor de saberes múltiplos, famílias que ainda vêm nas crianças sustentáculos da

sobrevivência ou do consumo e não seres autónomos credores de uma protecção que emancipe, comunidades centradas na dominação patriarcal e paternalista, líderes de opinião que ainda pensam que o trabalho do menino é pouco mas quem o não aproveita é louco...

Cinco anos é muito pouco tempo para mudar uma sociedade. Mas, ainda que parciais, houve mudanças nestes últimos cinco anos. Nos próximos cinco, outras tantas mudanças houvera...